

A atuação de estudantes da fronteira oeste do Rio Grande do Sul (RS) junto aos movimentos sociais no fortalecimento da luta antimanicomial: um relato de experiência

The students' performance from the western border of Rio Grande do Sul (RS) with the social movements for strengthening anti-asylum movement: an experience report

Danielle Celi dos Santos Scholz¹, Fabiana Guterres da Silva², Rodrigo Lima Rodrigues³, Judete Ferrari⁴, Odete Messa Torres⁵, Mariana Mattia Corrêa⁶

¹ Graduanda em Enfermagem pela Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA) – Uruguaiana (RS), Brasil. dani.scholz@hotmail.com

² Graduada em Enfermagem pela Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA) – Uruguaiana (RS), Brasil. fabiana_guterres@hotmail.com

³ Graduado em Enfermagem pela Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA) – Uruguaiana (RS), Brasil. enf_rodrigues@hotmail.com

⁴ Graduada em Psicologia. Psicóloga do CAPS II do Município de Alegrete (RS). judeteferrari@ibest.com.br

⁵ Doutoranda em Enfermagem pela Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP) – São Paulo (SP), Brasil. Professora Assistente do Curso de Enfermagem da Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA) – Uruguaiana (RS), Brasil. odetetorres@gmail.com

⁶ Graduada em Enfermagem pela Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA) – Uruguaiana (RS), Brasil. marianacorrea90@hotmail.com

RESUMO Os movimentos pela luta antimanicomial têm início com o Movimento dos Trabalhadores em Saúde Mental (MTSM), em 1978, que organiza uma série de críticas ao hospitalocentrismo, às más condições de trabalho e de tratamento, e à privatização da assistência psiquiátrica, construindo um pensamento crítico no campo da saúde mental que permite visualizar uma possibilidade de inversão desse modelo a partir do conceito de desinstitucionalização. A exemplo do movimento precursor da luta antimanicomial em São Paulo (SP), com o decorrer dos anos, diferentes manifestações ocorrem no Brasil. As chamadas Paradas do Orgulho Louco têm como objetivo quebrar os paradigmas de exclusão da loucura, levando a discussão a ser feita na sociedade por meio do debate em relação a indagações e propostas sobre o vasto tema da saúde mental. Nesse contexto, essa produção tem o objetivo de relatar as experiências vivenciadas pelos estudantes da Fronteira Oeste do Rio Grande do Sul no processo de fortalecimento da luta antimanicomial junto aos movimentos sociais da região, por meio da participação na I Parada Gaúcha do Orgulho Louco do Município de Alegrete (RS).

PALAVRAS-CHAVE: Saúde Mental; Luta Antimanicomial; Movimentos Sociais.

ABSTRACT *The Anti-Asylum Movement begins with the Workers' Movement in Mental Health (MTSM) in 1978, which organizes a series of criticisms of the hospital-centrism, such as poor working conditions and treatment and the privatization of psychiatric care, building a critical thinking in the mental health field which allows to visualize the possibility of reversing this model from the concept of deinstitutionalization. Like the forerunner of the Anti-Asylum Movement in São Paulo (SP), over the years, different manifestations occurred in Brazil. The so-called Mad Pride Parades aim to break the paradigm of exclusion of madness, bringing this discussion to be done in society through the debate in relation to inquiries and proposals on the broader theme of mental health. In this context, this production aims to report the students' experience in the Border West of Rio Grande do Sul in the process of strengthening the Anti-Asylum Movement together with social movements in the region through participation in the First Crazy Pride Gaucho Parade in the city of Alegrete (RS).*

KEYWORDS: Mental Health; Anti-Asylum Movement; Social Movements.

Introdução

Os movimentos sociais são os profetas do presente, ou seja, anunciam a mudança possível não para um futuro distante, mas para o presente da nossa vida. Obrigam o poder a tornar-se visível e lhe dão, assim, forma e rosto. Falam uma língua que parece unicamente deles, mas dizem alguma coisa que os transcende e, deste modo, falam para todos (LÜCHMANN, RODRIGUES, 2007). Os movimentos pela luta antimanicomial têm início com o Movimento dos Trabalhadores em Saúde Mental (MTSM), em 1978, que organiza, primeiramente, uma série de críticas ao hospitalocentrismo, às más condições de trabalho e de tratamento, e à privatização da assistência psiquiátrica.

Procurando entender a função social da psiquiatria e suas instituições, para além de seu papel explicitamente médico-terapêutico, o MTSM constrói um pensamento crítico no campo da saúde mental que permite visualizar uma possibilidade de inversão desse modelo, a partir do conceito de desinstitucionalização. Esse vem para tratar o sujeito em sua existência e com suas condições concretas de vida, realizando não apenas tratamentos farmacológicos ou psicoterapias, mas dando-lhe possibilidades de tornar-se um sujeito e não um objeto do saber psiquiátrico (AMARANTE, 1995).

Com o decorrer do tempo, esse movimento começa a ter novas associações, constituindo-se como um movimento mais amplo, no qual não só os trabalhadores, mas outros atores se integram à luta antimanicomial. Em 1987, o MTSM adota o lema 'por uma sociedade sem manicômios', sinalizando um movimento de discussão da loucura para além dos limites assistenciais, e, nesse mesmo ano, no II Encontro do MTSM, é criado o Manifesto de Bauru, que irá fundamentar o movimento antimanicomial, concretizando, assim, o laço social entre os profissionais e a sociedade para o enfrentamento da questão da loucura e suas formas de tratamento (LÜCHMANN, RODRIGUES, 2007).

Passados mais de 20 anos desde o manifesto realizado em Bauru (SP), este repercutiu positivamente ao desencadear movimentos da luta antimanicomial por todo o País, gerando movimentos sociais com intensas mobilizações pela efetiva inclusão social do portador de sofrimento psíquico como cidadão com direito a

tratamento na rede de atenção à saúde, contando com acompanhamento da família e inclusão na comunidade.

Desinstitucionalizar é ultrapassar fronteiras sanitárias, é enfrentar o desafio da intersectorialidade e do trabalho em rede, o que implica na adoção de modelos de atenção integral, expandindo serviços substitutivos tais como conhecemos e investindo em uma rede diversificada de dispositivos que deem retaguarda ao usuário e às famílias, com amplo leque de estratégias interdependentes não só sanitárias, mas de suporte social (LIBERATO, 2009).

A exemplo do movimento precursor da luta antimanicomial, em São Paulo (SP), com o decorrer dos anos, diferentes manifestações ocorrem no Brasil. Estados como Bahia e Minas Gerais são precursores das Paradas do Orgulho Louco, que têm como objetivo quebrar os paradigmas de exclusão da loucura, levando essa discussão a ser feita na sociedade por meio do debate em relação a indagações e propostas sobre o vasto tema da saúde mental, com a contribuição dos profissionais, usuários e familiares.

Os integrantes do movimento pela luta antimanicomial reivindicam também seus direitos de cidadãos, contribuem para a construção de políticas públicas efetivas e constroem redes de atenção à saúde mental que cuidam, ou seja, condizentes com as necessidades individuais de cada contexto vivenciado. No Rio Grande do Sul, os estudantes da área da saúde da Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA), campus Uruguaiana (RS), bolsistas do programa de extensão Práticas Integradas em Saúde Coletiva (PISC), participaram da I Parada Gaúcha do Orgulho Louco, realizada no Município de Alegrete (RS) em maio de 2011, promovida pelo movimento da luta antimanicomial local.

Essa participação, além de contribuir para o processo de formação dos estudantes no que se refere, principalmente, aos interesses pela organização do movimento da luta antimanicomial nos cursos da área de saúde, motivou a elaboração deste artigo, que tem como objetivo relatar as experiências vivenciadas pelos estudantes da Fronteira Oeste do Rio Grande do Sul no processo de fortalecimento da luta antimanicomial junto aos movimentos sociais da região, por meio da participação na I Parada Gaúcha do Orgulho Louco, no Município de Alegrete (RS).

Relato de Experiência

Com a constituição dos Centros de Atenção Psicossocial (CAPS), no ano de 1992, mudanças acontecem na rede de atenção à saúde mental do Município de Alegrete (RS). Essa atenção diferenciada, em prol do tratamento fora dos muros manicomiais, intensifica-se com a compleição da Lei Municipal nº 2692/96, que visa a garantir a implementação da Política Nacional de Saúde Mental (PNSM) no Município, em termos de prevenção, assistência, reabilitação, ensino e pesquisa.

Nesse contexto, inicia-se no CAPS II da cidade um movimento social organizado, denominado Fórum Gaúcho de Saúde Mental, sendo composto, primeiramente, por profissionais e familiares e, posteriormente, contando com a efetiva participação dos usuários. O fórum é um movimento que está envolvido em várias esferas na sociedade: é um braço importante em todos os setores da saúde, pois compromete-se com o orçamento participativo; está inserido no Conselho Municipal de Saúde; articula-se com outros movimentos em prol do processo de melhorias na rede de atenção à saúde do Município regional; e está diretamente ligado à I Parada Gaúcha do Orgulho Louco.

Por meio de suas ações coletivas, decorrentes de lutas sociais, os movimentos sociais ganham visibilidade na sociedade enquanto fenômenos históricos e concretos que constituíram uma nova sociedade civil. As lutas empreendidas visando a novos campos de conhecimento e de práticas, inexistentes até determinados períodos, como a saúde da mulher, a saúde mental ou a saúde do trabalhador, ressaltam as possibilidades da participação da sociedade civil em movimentos como a luta feminista, a luta antimanicomial e a luta sindical, entre outras (GOHN, 2007).

A organização da I Parada Gaúcha do Orgulho Louco, no Município de Alegrete (RS), surge a partir de uma reunião de fechamento anual, no final de 2009, para a avaliação das atividades, desenvolvida pelo Fórum Gaúcho de Saúde Mental. Dentre as discussões pautadas com relação ao processo de inserção no Município, entre outras ações, os usuários referem estar sendo vítimas de preconceito nos diversos setores em que estavam inseridos (nas escolas, nas lojas, nos ônibus), surgindo, assim, a ideia de fazer uma caminhada pelas ruas, com

base em paradas que acontecem em outros estados, visando a fazer com que a sociedade reflita a respeito e questione os preconceitos com relação à loucura.

Assim, em 2010, houve uma mobilização para que a parada fosse realizada no ano seguinte, dando-se início às pactuações e à organização desse evento, que sempre teve a preocupação de que a parada fosse inter-setorial, que envolvesse várias esferas da sociedade com o foco de desinstitucionalização, pautando recuperar os conceitos de ‘louco’, ‘maluco’, ‘doente mental’, ‘deficiente mental’, ‘diferente’ e ‘diferenças’, entre outros, a partir do movimento das forças vivas e organizadas da sociedade e dos meios de comunicação.

Dessa forma, no ano de 2011, o Fórum Gaúcho de Saúde Mental Coletiva/Núcleo Alegrete (RS); a Prefeitura Municipal de Alegrete (RS), através das Secretarias de Saúde, de Educação e Cultura, do Meio Ambiente e da Assistência Social, do Colegiado Gestor do SAIS Mental; a Associação Tabatinga; o CAPS Asas da Liberdade de Uruguaiana (RS); e o programa de extensão Práticas Integradas em Saúde Coletiva (PISC) – UNIPAMPA, de Uruguaiana (RS), formam o colegiado organizador da I Parada Gaúcha do Orgulho Louco, que realizou-se no dia 20 de maio de 2011, em contorno à praça central do Município, com a participação de mais de 2 mil pessoas, de todas as esferas da sociedade.

O movimento de luta antimanicomial, também denominado movimento em saúde mental, é um ator privilegiado na desconstrução de práticas psiquiátricas manicomiais e na construção de projetos voltados para a criação de novas formas de atenção baseadas na constituição da singularidade e da subjetividade dos usuários. A luta por uma sociedade sem manicômios, engendrada pelo movimento da luta antimanicomial, é algo que vem sendo construído no cotidiano por diversos segmentos sociais e profissionais, e deve ser exposta à sociedade para que ela passe a compreender esse processo de mudanças na atenção à saúde e viabilize a redução dos preconceitos instituídos (OLIVEIRA; FURTUNATO, 2003).

A participação dos estudantes da UNIPAMPA na I Parada Gaúcha do Orgulho Louco tem início a partir da inserção desses no PISC. Esse programa de extensão, por meio de seus integrantes, desenvolve ações na

perspectiva do trabalho em equipe, de forma interdisciplinar, articulando ensino, pesquisa e extensão. As atividades desenvolvidas pelos bolsistas possuem foco na participação e no controle social em saúde, articulação com os movimentos sociais, equipes de saúde da atenção básica e, na área da saúde mental, no Centro de Atenção Psicossocial (CAPS II) do Município de Uruaiana (RS).

A universidade deve ser entendida como instituição criada para atender às necessidades do País, promovendo o desenvolvimento econômico, social, cultural e político da nação, constituindo-se em espaços privilegiados para a produção e a acumulação do conhecimento, e para a formação de profissionais cidadãos. Nesse contexto, a extensão universitária é a atividade acadêmica capaz de imprimir um novo rumo à universidade brasileira e de contribuir significativamente para a mudança da sociedade (BRASIL, 2000).

A inserção dos estudantes bolsistas do PISC no CAPS II do Município teve início no ano de 2011. Esses atuavam em diferentes setores: oficinas, grupos de terapia, enfermagem, organização de eventos e auxílio da gestão. A articulação com o movimento social denominado Fórum Gaúcho de Saúde Mental, do Município de Alegrete (RS), inicia-se a partir desse trabalho e dá-se por meio do trabalho de forma conjunta, em reuniões e encontros regionais para a organização da I Parada Gaúcha do Orgulho Louco no Município de Alegrete (RS).

Dessa forma, além da intensa participação dos integrantes do PISC na organização desse evento, obteve-se uma integração da universidade com o movimento pela luta antimanicomial, levando a discussão aos diferentes cursos do campus, mobilizando estudantes e professores na participação e promovendo a inserção da universidade na troca com serviços do Sistema Único de Saúde (SUS), de movimentos sociais organizados e da comunidade na luta pela verdadeira inserção social na atenção à saúde mental e pelo rompimento dos preconceitos instituídos na sociedade.

As universidades públicas têm o compromisso social de proporcionar uma melhoria na qualidade de vida da população onde está inserida. Sendo mantidas pelo poder público, suas ações devem ser entendidas como

um meio de a comunidade ser ressarcida através de tecnologias, práticas e conhecimentos voltados para o seu benefício. Dessa forma, estudantes e professores estarão construindo um fluxo de saberes entre a academia e a população, tendo como consequência a produção do conhecimento, com o confronto da realidade brasileira e, principalmente, da regional, tornando, assim, efetiva a participação social na universidade (BRASIL, 2000).

Considerações Finais

A experiência vivenciada a partir da extensão universitária junto aos movimentos sociais e profissionais da rede de atenção à saúde mental promoveu uma intensa mobilização entre os estudantes envolvidos, possibilitando, assim, uma constante atuação dos mesmos nas ações da luta antimanicomial na região onde estão inseridos, proporcionando, ainda, o fortalecimento do trabalho interdisciplinar na atenção à saúde mental por meio da integração dos cursos da área da saúde na universidade.

A participação na I Parada Gaúcha do Orgulho Louco do Município de Alegrete (RS) e toda a estrutura organizacional, da qual os discentes fizeram parte, possibilitaram a desconstrução de conceitos que eles trazem antes do ingresso na universidade, ampliando seus olhares para a verdadeira saúde mental, a que cuida e trata na sociedade, oportunizando escolhas aos sujeitos, tratamento individualizado centrado nas necessidades do usuário e promovendo inserção na sociedade por meio do exercício de seus direitos.

Essa ação extramuros da universidade, que possibilita a troca de saberes dos estudantes, dos movimentos sociais e dos profissionais da rede de atenção à saúde mental proporciona, juntamente, o reconhecimento do papel social da universidade, ressaltando o quanto essa união reflete positivamente na construção de possibilidades para a efetivação da reforma psiquiátrica, para o fortalecimento dos movimentos sociais, para uma formação na área da saúde condizente com as reais necessidades de saúde da população e, principalmente, fazendo com que esses sintam-se parte da luta antimanicomial, considerando toda sua relevância para a rede de atenção à saúde mental e para a sociedade.

Referências

AMARANTE, P. Novos Sujeitos, Novos Direitos: o Debate sobre a Reforma Psiquiátrica no Brasil. *Cadernos de Saúde Pública*, Rio de Janeiro, v.11, n.3, p. 491-494, 1995.

BRASIL. Ministério de Educação. Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras e SESu. *Plano Nacional de Extensão Universitária*. 2000/2001. Disponível em: <<http://www20.fcm.unicamp.br/extensao/arquivos/pne.pdf>>. Acesso em: 07 jan. 2012.

GOHN, M.G. *Teoria dos Movimentos Sociais: paradigmas Clássicos e Contemporâneos*. São Paulo: Edições Loyola, 2007.

LIBERATO, M. D. M. Desinstitucionalizar é ultrapassar fronteiras sanitárias: o desafio da intersetorialidade e do trabalho em rede. *Caderno Brasileiro de Saúde Mental*, Florianópolis, v. 1, n.1, 2009.

LÜCHMANN, L.H. H. RODRIGUES, J. O movimento antimanicomial no Brasil. *Ciência & Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v.12, n.2, p. 399-407, 2007.

OLIVEIRA, F. B.; ORTUNATO, L.; M. Saúde Mental: reconstruindo saberes em enfermagem. *Revista Brasileira de Enfermagem*, Brasília, v.56, n.1, p. 67-70, 2003.

Recebido para publicação em Janeiro/2012

Versão definitiva em Março/2012

Suporte financeiro: Não houve

Conflito de interesses: Inexistente